



CADERNO NOVA CARTOGRAFIA

Identidades coletivas e conflitos sociais no médio e baixo rio Negro: processo de desmatamento e devastação em terras tradicionalmente ocupadas

AGOSTO
2014

PROJETO

Mapeamento Social

como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



5



Identidades coletivas e conflitos sociais no Médio e Baixo Rio Negro: processo de desmatamento e devastação em terras tradicionalmente ocupadas

Este Caderno tem como objetivo evidenciar as reivindicações de comunidades tradicionais, organizadas em unidades de mobilização, cujas identidades coletivas abrangem tanto indígenas das etnias Baré, Karapano, Tikuna, Tariana, Kambeba, Apurinã, Baniwa, Tukano, Coripaco e Arapaço, como ribeirinhos que tem seus territórios intrusados por empresas de extração de areia, seixo, madeiras, pesca comercial de “arrastão” e traficantes de quelônios. Por um lado, a leitura é logo acometida pela força das imagens e das palavras dos agentes sociais, nas suas situações específicas. Por outro, as imagens e as palavras levam o leitor a perceber um recorte da Amazônia, representado pelo Rio Negro tido como a “última fronteira” preservada, mas marcada por desmatamentos e formas de devastação, vitimando e criminalizando quem resiste e luta. Da mesma forma, os croquis e os mapas nos fazem percorrer o caminho dos rios, lagos, igarapés, do antes e do depois da extração de areia, da derrubada de árvores, dos usos dos recursos hídricos, florestais e do solo, e, a partir das legendas, as quais dizem tanto das intervenções externas e intransigentes, quanto dos aspectos conflitantes face às políticas governamentais

“Quem chega lá parece assim que aquela floresta é intacta, tem tudo lá, mas nós não temos tudo lá, as madeiras de lei são muito difícil hoje de a gente encontrar, há três anos nós começamos a descobrir castanheiras derrubadas, isso nos trouxe uma preocupação maior”.
SR. FRANCISCO LIMA, COMUNIDADE ITAQUERA, RIO JAUAPERI

Resistência cotidiana de comunidades tradicionais para a preservação de seus territórios: a luta contra a intrusão de barcos geleiros, tartarugueiros e derrubada de castanhais no rio Jauaperi

“Quem chega lá parece assim que aquela floresta é intacta, tem tudo lá, mas nós não temos tudo lá, as madeiras de lei são muito difícil hoje de a gente encontrar, há três anos nós começamos a descobrir castanheiras derrubadas, isso nos trouxe uma preocupação maior”. SR. FRANCISCO LIMA, COMUNIDADE ITAQUERA

Ações de desmatamento e devastação por barcos geleiros e tartarugueiros nos territórios de comunidades tradicionais no rio Jauaperi ameaçam as práticas de exploração e cultivo das comunidades de Gaspar, Itaquera, Barreira Branca e São Pedro. Estas ações vêm ocorrendo há pelo menos 10 anos.

O rio Jauaperi é um dos poucos rios, no município de Novo Airão, que não é protegido por Unidades de Conservação ou Terras Indígenas, já que 81,40% desse município estão compreendidos nessa situação. As comunidades tradicionais autodefinidas indígenas, ribeirinhas ou quilombolas em Novo Airão, podem realizar pesca ou caça de subsistência, desde que de modo restrito e que não seja em área de proteção integral, ou seja, área onde não é permitida a presença humana. Uma das categorias que alia as práticas tradicionais e a proteção ambiental, é a Reserva Extrativista – RESEX, que não existe neste município, mas que é reivindicada pela associação dos artesãos e ribeirinhos.

Os barcos de pesca comercial, também conhecidos na região como “geleiros” (por comportar caixas de gelo para armazenamento do pescado), realizam pesca de forma predatória ao utilizarem ilegalmente o “arrastão” e fazerem uso de explosivos, violando as práticas permitidas de pesca sustentável, como as das comunidades tradicionais, tais embarcações intensificam suas atividades ilegais em rios que não estão incluídos em políticas ambientais.

As comunidades tradicionais no rio Jauaperi, do Gaspar, Itaquera, Barreira Branca e São Pedro estão enfrentando tais barcos que ameaçam seus territórios por utilizarem instrumentos predatórios na pesca. O “arrastão” captura todos os peixes que a rede suporta, não fazendo separação entre peixes filhotes e adultos, não permitindo que as espécies se reproduzam. Assim também ocorre com a caça de quelônios.

Em 2007 nove agentes ambientais do rio Jauaperi estavam ameaçados de morte por tentarem impedir a ação predatória de barcos “geleiros”. Hoje, em 2014 tem-se ainda uma ameaça de morte a uma das lideranças que resiste a esta ação ilegal de devastação no rio Jauaperi: o Sr. Francisco Parede de Lima, presidente da Associação dos Artesãos do rio Jauaperi – AARJ.

As ameaças vêm sendo feitas por pessoas ligadas aos barcos comerciais e ligadas ao tráfico de quelônios na região. A captura de quelônios para fins comerciais vem sendo feita de forma ilegal e predatória, não levando em conta a reprodução destas espécies.

“Andam armados, são bem armados pra fazer isso, é um tráfico, já está se falando, é um tráfico, e a gente não tem como ter forças pra combater isso porque a gente está sempre recebendo dessas pessoas ameaças através de pessoas conhecidas da comunidade, eles falam, tem contatos e eles mandam as ameaças por essas pessoas, às vezes até parente nosso”.
SR. FRANCISCO LIMA, COMUNIDADE ITAQUERA

Para conter as ações de devastação nos rios por esses barcos comerciais, em 2006 foi estabelecido um acordo de pesca através da Instrução Normativa – IBAMA N°99, de 26 de abril de 2006 e Instrução Normativa – MMA, Gabinete da Ministra N°4, de 18 de outubro de 2005, a partir das reivindicações das comunidades tradicionais existentes no rio. Tais instruções tiveram vigência de três anos. Hoje, passados cinco anos do vencimento destas Instruções, nenhuma delas foi renovada.

Representantes das comunidades de Gaspar, Itaquera, Barreira Branca e São Pedro reivindicam a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) visando a proteção dos territórios tradicionais e dos recursos naturais ali existentes. Ao não ser renovada a Instrução Normativa e não ser criada a RESEX, os agentes sociais das referidas comunidades, tem que enfrentar ameaças, pressões, e outras violências ao reivindicarem seus direitos e tentarem preservar os recursos naturais em seus territórios.

Um dos modos de politizarem suas ações foi através da organização de uma unidade associativa, a Associação dos Artesãos do rio Jauapei – AARJ, que realiza um trabalho de preservação e conscientização das condições sociais desses agentes, enquanto sujeitos que possuem direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Além disso, a AARJ reivindica a criação de uma RESEX, que seria uma forma, na visão dos associados, de frear as ações ilegais de devastação realizadas por barcos “geleiros e tartarugueiros” na região.

“A associação dos artesãos do rio Jauapei – AARJ existe há 12 anos lá no rio Jauaperi e é a única associação que hoje existe lá de fato e de direito e que trabalha com o artesanato, fazemos artesanato de madeira, de sementes, de fibras de arumã, e enfim, trabalhamos com uma variedade de

Valdemar Silva,
Alexsander Santana,
Marcelino Machado,
Francisco Lima e Zé
Nazaré durante a
instalação da placa
referente à Instrução
Normativa Wagner B.



Área de pesca no rio Jauaperi





“Área de pesca: o jaraqui não se encontra desde de 1999, peixe liso diminuiu, assim como tucunaré, e o pirarucu sumiu”.

matéria-prima, variedades de produtos, de forma natural, coletamos com o manejo, é uma forma manejada toda aquela

matéria-prima, trabalhamos com o artesanato natural, mas a gente também abraçou outra causa, que vem nos sufocando, que nos traz a dificuldade, é a questão do rio com a pesca comercial, porque é muito forte lá.” SR. FRANCISCO LIMA, COMUNIDADE ITAQUERA

Nos três anos de vigência do “acordo de pesca” a ação predatória dos barcos comerciais foi intimidada, mas não extinta. Os ribeirinhos, no entanto, tinham um respaldo legal para denunciar essas ações e lutar por seus direitos e pela manutenção de seu território. Inclusive por ser visível o impacto ambiental destas ações, já que ao pescar de modo artesanal para os agentes sociais das comunidades Gaspar, Itaquera, Barreira Branca e São Pedro, tinham dificuldades para encontrar os peixes, ficando difícil a alimentação das famílias, que tem como um dos principais recursos, o rio.

“Mesmo assim com o acordo a gente continuou tendo invasão de barcos pesqueiros, de barcos geleiros da pesca comercial frequentando sempre, insistindo sempre a entrar nos lagos, a pescar ao redor das comunidades, isso nos afeta, isso nos afetou muito porque nós temos os nossos trabalhos, temos as nossas roças, e agente percebeu que o peixe estava ficando difícil da gente pegar para se alimentar”. Essa é uma das coisas que a gente luta e estamos lutando até hoje pra tentar resolver essa situação, a amenizar pelo menos” SR. FRANCISCO, COMUNIDADE ITAQUERA

“Está difícil pra encontrar o peixe! Então isso é uma coisa que pra nós é difícil porque é a nossa fonte de alimentação, é a nossa vida. Se não tiver o peixe pra gente se alimentar a vida não tem prazer lá pra nós, então é por isso que a gente defende. Por conta disso a gente é ameaçado, às vezes pelos próprios pescadores da pesca comercial, a gente sofre ameaças, sofre ameaças por outra coisa que é muito forte também que é o tráfico de quelônios, são os tartarugueiros, eles também atuam muito no nosso rio Jauaperi.” SR. FRANCISCO, COMUNIDADE ITAQUERA

Há quatorze anos parte das comunidades tradicionais no rio Jauaperi luta pela criação de uma Reserva Extrativista. De acordo com o Sr. Francisco Lima, presidente da AARJ (Associação dos artesãos do rio Jauaperi) os estudos foram concluídos em 2007, mas até hoje os agentes sociais, que se autodefinem artesãos, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, e agricultores que compõem as comunidades tradicionais existentes no rio, não obtiveram resposta dos órgãos competentes quanto à criação da RESEX.

As comunidades tradicionais no rio Jauaperi encontram formas cotidianas de resistir às ameaças e pressões destes barcos geleiros e tartarugueiros. Uma dessas formas é não concordando com essas ações e negando benefícios pessoais que muitos comerciantes de barcos geleiros oferecem a alguns membros das comunidades. Há também uma série de conhecimentos tradicionais utilizados para o manejo sustentável dos recursos naturais que asseguram essas comunidades. Os associados da AARJ, por exemplo, utilizam sobras de madeiras, cipós ou sementes na confecção de artesanato.



Em cima croqui em oficina de mapas junto a Associação dos artesãos do Rio Jauaperi e parte de pescaria do tucunaré no Rio Jauaperi a ser comercializado.

“Mas lá na nossa região a gente já identificou várias castanheiras derrubadas. As madeiras de lei já acabaram, é difícil, e a castanheira está se tornando o alvo disso. Então essa é uma preocupação muito grande que nós temos em relação a isso.”

Recentemente, associados da AARJ descobriram áreas desmatadas nas proximidades das comunidades, inclusive a destruição de espécies protegidas por lei, como os castanheiros. As madeiras consideradas “de lei” estão cada vez mais escassas na região, e as que restam estão sendo derrubadas.

Ações de devastação por empresas extratoras de areia no Rio Cuieiras

“Nossa preocupação é com essa puxada de areia que não pára” JOILSON PAULINO, ALDEIA KUANÃ

As aldeias indígenas situadas ao longo do Rio Cuieiras – São Tomé, Três Unidos, Aldeia Kuanã (Nova Canaã), Nova Esperança, Boa Esperança, Barreirinha (as três últimas dentro do PAREST Setor Sul), e aldeia Terra Preta – estão reivindicando a demarcação dos seus territórios e de direito de uso dos recursos naturais na região, bem como o fim da extração de areia. A região que circunda o Parque Estadual do Rio Negro – Setor Sul (PAREST Setor Sul), com superfície de 157.807 hectares¹, é mais uma constatação das incongruências, decorrentes da racionalidade econômica e política. As aldeias, também, reivindicam o fim da sobreposição e demarcação do território indígena. Esse processo está em fase de negociação junto à FUNAI que já reconhece as comunidades como povos indígenas. Nestes casos observados, com a intervenção da FUNAI, foi retirado dessas comunidades o direito de utilizar e defender os seus recursos naturais e territórios. É o caso que foi observado no decorrer da pesquisa de campo e que tem sido notificado pela comunidade de Kuanã, desde janeiro de 2010, a respeito das ameaças ao meio ambiente que vem sendo constatadas através da retirada de areia.

As aldeias indígenas Kuanã, Três Unidos e Terra Preta (as que foram visitadas durante o trabalho de campo) confirmaram a indignação quanto à usurpação dos recursos naturais, que vem ocorrendo por práticas ilegais de empresas de extração de areia na área das aldeias Kuanã e Nova Esperança.

Há cerca de mais de dois anos, a aldeia de Kuanã tem solicitado dos órgãos competentes uma presença nessas áreas. Tem solicitado à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ao Centro Estadual de Unidade de Conservação (CEUC) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), e à Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), a regularização do território indígena para garantir aos mesmos a possibilidade de defesa e luta contra as invasões sucessivas e degradantes que têm ocorrido na região.

A solicitação prioritária se refere a esclarecimentos sobre: “Intervenção da secretaria para os povos indígenas – SEIND sobre a empresa que irá explorar areia próximo à aldeia Kuanã/Cuieiras, Baixo Rio Negro; Implemento na luta da demarcação da terra indígena do Povo do Cuieiras, Baixo Rio Negro/Manaus-

-AM; Indução da aldeia Kuanã/Cuieira no Projeto Sustentabilidade – Etnodesenvolvimento da SEIND”.

Uma das denúncias que tem sido notificada pelo Tuxaua Manoel Paulino da aldeia Kuanã, se refere à ação de empresas que extraem areia na localidade. Conforme o professor indígena Joilson da Silva Paulino, outros representantes de aldeias próximas, como os

Reunião com representantes das aldeias São Tomé, Três Unidos, Aldeia Kuanã (Nova Canaã), Nova Esperança, Boa Esperança, Barreirinha em oficina de mapas



1. Decreto 16.497, de 02 de abril de 1995

de Nova Esperança, estão se sentindo acuados pelo fato da empresa possuir uma licença para a extração de areia na região. Até mesmo um técnico do CEUC² alegou que a balsa estava “com a documentação em dia”. Indígenas da aldeia Kuanã tomaram o ponto de localização da balsa no rio, referente ao local de extração de areia pela firma. A aldeia Kuanã entregou uma carta para a CEUC, no dia 19/06/2009, apresentando denúncia com relação à exploração de areia e possíveis ameaças negativas sobre áreas de campina e campinarana.

No caso específico dessa localidade, que se trata de uma APA, a extração de areia vem ocorrendo no leito do Rio Cuieiras. Durante o rigoroso período da seca ocorrido no ano de 2010 a empresa cessou suas atividades na região. Em decorrência disto, prevê-se que as atividades retornarão assim que o nível das águas dos rios estiver mais elevado, durante o período de cheia (dezembro 2010 a julho 2011), quando as dragas conseguirão adentrar pelo rio, iniciando daí, atividades em áreas de campina e campinarana.

No ano de 2014, a extração na área está em vigor, de acordo com as lideranças indígenas, as quais habitam esta região, na forma de unidades associativas pluriétnicas. Conforme o depoimento do pedagogo e professor bilíngue, Raimundo Cruz da Silva, que atua como gestor da Escola de Educação diferenciada na aldeia Três Unidos, os animais da floresta estão migrando desta área, explorada pela extração de areia, para as adjacências das aldeias Boa Esperança, São Tomé e Três Unidos, compreendendo uma alteração no sistema da fauna no rio Cuieiras. Esta alteração, também, é em decorrência da pressão dos assentamentos de famílias não indígenas, na cabeceira deste rio, bem como dos empreendimentos imobiliários da área do Tarumã Mirim e Tarumã Açú. Ainda, conforme depoimentos, o rio está sofrendo com a poluição e a escassez de peixes, para a subsistência alimentar das aldeias.

Por ser uma área de APA³ e ainda, por se tratar de um território abrigando diversas etnias indígenas, a exploração de areia no leito do rio e em áreas de campina e campinarana se torna uma grave ameaça contra a integridade dos territórios e recursos naturais das localidades, em decorrência dos resultados degradantes que são deixados por essa atividade e suas consequências negativas sobre o modo de vida dos povos indígenas.

Diante de tais constatações, representantes da aldeia de Kuanã estão perplexos com as contradições ora apresentadas. Com o discurso da “conservação dos ambientes”, as instituições responsáveis pelas unidades de conservação criadas nessas áreas concedem licença para a destruição de áreas naturais em contraposição ao uso por povos indígenas para manejarem os ambientes naturais em consonância à conservação dos ecossistemas. Estes agentes sociais autodefinidos indígenas karapãna da aldeia Kuanã se perguntam “como o CEUC autoriza a retirada de areia por essas empresas?” Para a retirada de apenas algumas palhas de caraná (*Mauritia carana*), no igarapé da Cachoeira, a aldeia precisou de autorização do IBAMA (Ofício do IBAMA à FUNAI – NO 1493/2008 – DITEC/IBAMA/AM, 08 de agosto de 2008). A justificativa pelo IBAMA para conceder autorização à aldeia foi



Buraco feito para retirada de amostras de solo na área de campina e campinarana



Balsa de extração de areia no Rio Cuieiras, Aldeia Kuanã

2. CEUC é responsável pela gestão PERN Setor Sul

3. Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Art. 15 – Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

a de que se tratava de “fins de subsistência, com a finalidade de renovar os telhados da casa de moradia, da casa de farinha e da maloca – de acordo com o artigo 90 da instrução normativa do IBAMA de NO 112/2006”. Seria uma “displícência” não considerar as diferenças entre essas atividades e suas implicações para a manutenção dos ecossistemas naturais. A pergunta dos indígenas permanece: como a empresa consegue tal autorização enquanto que nós das aldeias necessitamos de autorização até para a retirada de palhas para cobertura de telhado?

“O cara [da empresa extrativa de areia] veio aqui duas vezes e nós não deixamos entrar. Eu não vou vender a minha mãe terra pra ter poucos dias de sobrevivência e depois? Então eu prefiro ficar com a minha mãe terra que é da onde eu tiro a minha alimentação. E eles continuaram perguntando: “então me diga o que está faltando na sua comunidade que a empresa vai mandar comprar, lancha, carro, televisão, o que o senhor quiser a gente está disponível, me venda umas duas balsas”, eu disse: “não”, e eles disseram: “não, mas nós vamos entrar aqui por bem ou por mal”. Eu disse: “por mal vocês não entram! Se não for por bem, por mal vocês também não entram!”. SR. WALDEMIR, LIDERANÇA DA ALDEIA TRÊS UNIDOS

A previsão para a continuidade das atividades de exploração de areia está planejada para uma área de campina e campinarana. Nessas áreas podemos verificar marcas que delimitam trilhas e que identificam a coleta de amostras de areia inspecionadas pela empresa extratora. O orquidário é uma área bastante valorizada pelos indígenas, principalmente porque essas áreas são potenciais para a prática do turismo ecológico, já existente em outras comunidades indígenas do Rio Cuieiras. Para a aldeia Kuanã, que se localiza mais próxima ao “orquidário”, a preocupação com relação à degradação desses ambientes é grande. Tanto no que se refere à particularidade das áreas, “orquidário natural”, quanto aos objetivos de conservação e gestão de áreas naturais previstos na comunidade para essas localidades.

“Não aceitamos extração de areia na nossa área, não aceitamos pessoas estranhas que pescam e caçam, e façam comercialização ilegal de pesca e caça. Não aceitamos a extração de areia porque está prejudicando a saúde da população com a poluição do rio; não aceitamos pessoas que não nos respeitam, madeireiros que tiram madeira para vender, pessoas que não respeitam nossa cultura, pessoas que entram sem autorização da gente para pescar, pegar tracajá”. ROSEMEIRY GARRIDO DE MELO, ALDEIA NOVA ESPERANÇA

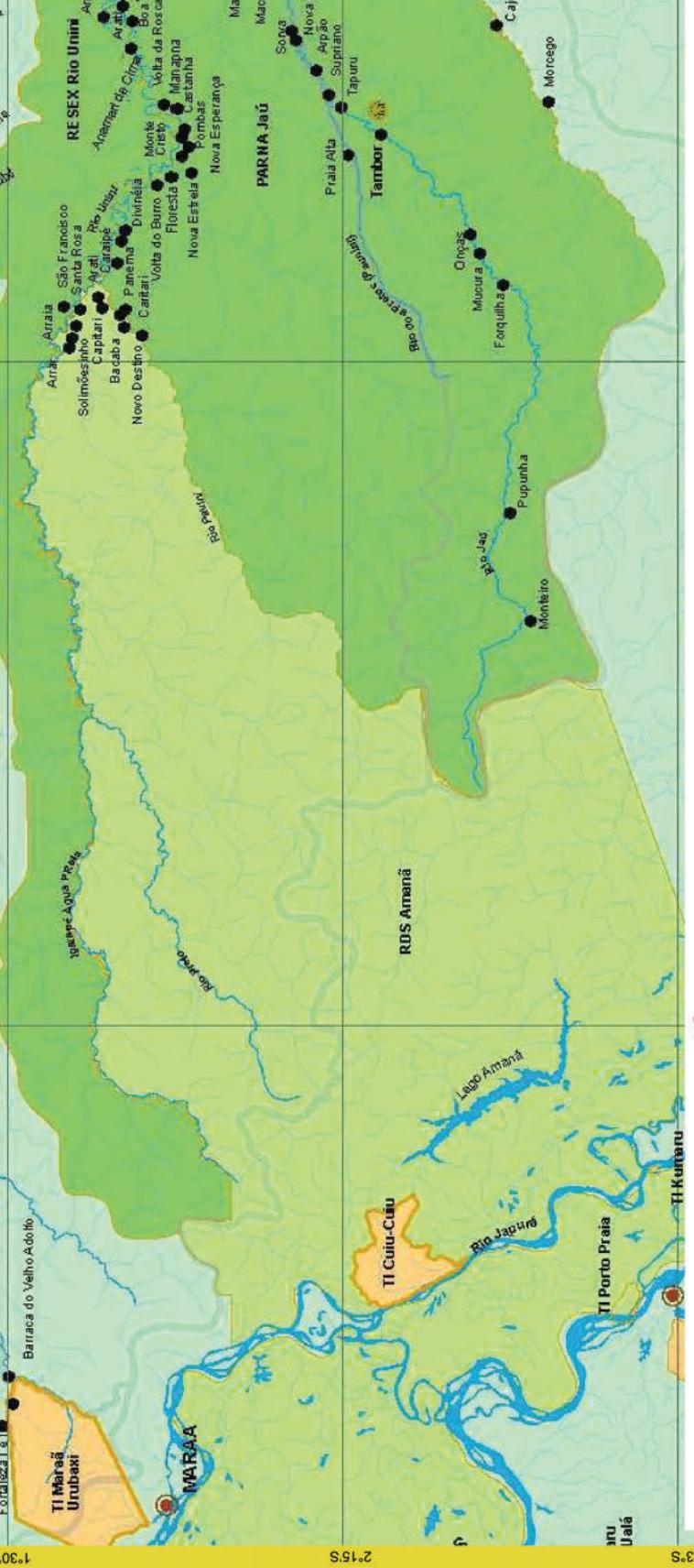
As aldeias deste rio tem assumido a defesa desses ambientes desde a chegada da balsa que extrai areia na região, há cerca de um ano. Desde então, não tem conseguido respaldo

Vista da Comunidade Três Unidos, uma das comunidades que luta pela demarcação e preservação dos seus territórios



BAIXOS NO MÉDIO E BAIXO RIO NEGRO





- Federações, Associações e Cooperativas de Povos e Comunidades Tradicionais
- Comunidades - Localidades - Vilas
- MANAIRÃO
- Conflitos de terra - ocupação de imóvel rural - Jul 2010
- Comunidades São Domingos - Tumbira - Manairão
- Associação Nova Esperança - Comunidade Novo Tempo
- Ponte sobre o Rio Negro - Manaus - Iranduba
- Proposta sob contestação do chamado "Porto das Lages"
- Porto de Manaus
- Porto - Super Terminalis
- Porto Chibatão
- Porto da CEASA
- Refinaria de Manaus - REMAN
- Área protegida - Encontro das Águas - Rio Negro e Rio Solimões

- Área - Gleba Anassunu - Novo Airão (Terra da Marinha)
- Área prevista para condomínio e resort (Iranduba)
- Área da Cidade Universitária
- Universidade do Estado do Amazonas - UEA
- Comunidades Quilombolas
- Conflitos socioambientais
- Extração de areia no Rio Culeiras
- Posto da Polícia Federal - Rio Culeiras
- Sobreposição de Terras da Marinha
- Áreas de Plaçabal
- Colônias de pescadores
- Mineração Taboca - Pitinga
- Ameaça de morte

- Castanhais desmatados
- Barcos galeiros: prática de arrastão para fins comerciais / conflitos pesqueiros
- Extração de brita
- Extração de madeira
- Extração de placaça - MPF autouo como sistema análogo à escravidão
- Extração de seixo
- Áreas protegidas - Estadual
- Áreas protegidas - Federal
- Áreas protegidas - Federal
- Áreas protegidas - Município de Manaus
- TI - Terras Indígenas

- Gasoduto - Coari / Manaus
- Corredor Central da Amazônia
- Corredores Ecológicos - PPG7
- Convenções cartográficas
- Capitais do Estado
- Sedes municipais
- Limites municipais
- Outros Limites
- Estradas - vicinais e ramais
- Rodovias
- Hidrografia

64° 30' O

63° O

MAPEAMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES

dos órgãos ambientais responsáveis para contrapor a degradação ambiental da referida região.

Além do processo de devastação ocorrido no rio Cuieiras e parte do baixo rio Negro, está ocorrendo também formas de desmatamento, principalmente em área de preservação ambiental.

Desmatamentos no baixo rio Negro: Entre a invisibilidade e a criminalização das comunidades tradicionais

As ações de desmatamentos no rio Negro, apesar de se mostrarem tímidas em relação a outras regiões do Amazonas, como o sul deste estado, impõe pressão às comunidades tradicionais afetando seus modos de vida tradicionais, desrespeitando direitos conquistados a partir de lutas sociais historicamente construídas.

Os depoimentos apontados abaixo relatam situações de desmatamentos no baixo rio Negro, nas proximidades do Parque Nacional de Anavilhanas. Remetem, sobretudo, à presença de madeireiras e à ineficácia da fiscalização na área.

“(…) O Parque Nacional Ecológico de Anavilhanas... antigamente existia muita madeira, o peixe de 15 anos, de 20 anos atrás, a gente entrava no igapó e eu gostava de ver a fruta da virola que é o cuuba, que chamam, eu acho que se existir alguma que dê 20 centímetro de ponta é porque eu estou mentindo, porque já derrubaram todas, eu queria que a senhora visse ali no Anavilhanas, como está desmatado.” MANUEL CHAGAS DA SILVA, TUXAUA DA ALDEIA SÃO THOMÉ

Os impactos dessas ações são sentidas principalmente pelas pessoas que vivem desses recursos naturais e lutam pela sua preservação, ou seja, as aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas que ali vivem. Ao se organizarem em unidades associativas, buscam politizar suas ações de proteção de seus territórios e aos seus modos de vida. Os usos que fazem desses recursos são de modo sustentáveis, pois há conhecimentos tradicionais que permitem o uso de tais recursos, como fauna, flora, terra, água, de modo a garantir sua reprodução e manutenção futura.

“Olha, dali do Maravilha pra cima só é destruição de madeira, só é madeira, não trabalham em outra coisa. É espeto, tabua de azimbre, tábua de parede, é tabua de assoalho e não vende por aqui não, vai todo pra Manaus. Eles tem canoa de pegar 100 dúzias de madeira. São canoas monstras que eles fazem, a destruição de madeiras aparecem por aqui. E nós aqui não trabalhamos, só às vezes pra fazer casa.” MANUEL CHAGAS DA SILVA, TUXAUA DA ALDEIA SÃO THOMÉ

Outra questão colocada é a criminalização das comunidades tradicionais em relação ao uso dos recursos naturais nas áreas de preservação ambiental. Entre os representantes das aldeias Três Unidos e São Tomé, durante as oficinas de mapas em 2013 realizada nesta primeira aldeia, no âmbito do Projeto “Mapeamento Social Como Instrumento de Gestão Territorial Contra o Desmatamento e a Devastação – Processo e Capacitação e



Povos e Comunidades Tradicionais” é apontado o sentimento de afronta em relação a um não reconhecimento sobre as ações de proteção de seus territórios por parte de órgãos governamentais. Tal afronta também se dá pelos modos considerados de destrato por esses mesmos órgãos.

“Besta se for eu lá no Anavilhanas matar um pato, aí a ICMbio vai me pegar e vai me levar para Novo Airão. Besta eu, pai de família, e de outros como já aconteceu aí, se pegar com peixinho e uma malhadeira na canoa, aí haja coração. Vai ter que arrumar advogado e ir lá em Novo Airão ficar sem a canoa, sem os equipamentos. Mas o poderoso mesmo, só tem lei pra mim. A nossa história é essa, sabe por que às vezes tem gente que passa fome aqui? Ali no Anavilhanas tem peixe de qualidade, mas ninguém não vai lá. Prefiro passar uma fomezinha, comprar uma conserva, um fiado, alguma coisa, mas ninguém não vai lá. Por quê? De repente na travessia Ibama passa e apreende. Mas se eles pegarem o patrício dele: “pow, pow, pow” eles dizem: “chapa, nós temos uma licença” e fica por isso mesmo.”
SR. WALDEMIR DA SILVA, TUXAUA DA ALDEIA TRÊS UNIDOS

O corte do arrebite na extração da piaçaba em Barcelos: Contraposições entre a manutenção das palmeiras e o aceleração da extração para o mercado

“Se você cortar ela no arrebite você só vai cortar uma vez, ela não vai dar fibra, praticamente, você vai matar ela. Você vai acabar com a vida dela (da palmeira)”. SR. PERES, BARÉ, COMAGEPT

Depoimentos sobre as diferentes técnicas da extração das fibras de piaçaba no Rio Negro são, com frequência, relacionadas aos modos sustentáveis e não sustentáveis dessa prática. A fibra da piaçaba é conhecida nas confecções de vassouras e artesanatos. E se configura como uma das principais atividades econômicas no município de Barcelos-AM. O “piaçabal” é assim conhecido pela incidência da palmeira de piaçaba, as chamadas “piaçabeiras”, que dão às margens de igarapés, subafuentes de rios. No entanto, para além de uma abordagem natural, é no “piaçabal” que está um complexo de relações sociais atreladas à prática extrativista.

Palmeira de piaçaba



Atualmente, está sendo utilizado nos piaçabais em Barcelos o uso de uma técnica denominada arrebite, que é mais praticado pelos jovens. Refere-se a um corte que não permite a reprodução da fibra posteriormente, pois não são deixados os talos para a reprodução, esses talos são denominados como “guia” ou “olho” da palmeira.

O argumento dos jovens extrativistas da piaçaba sobre a utilização deste corte é atribuído à rapidez e a praticidade no trabalho que assegura uma maior produção, embora não tenha sustentabilidade. Assim, obedece a lógica do mercado, que não é a mesma de sua reprodução física da palmeira.

No “arrebite” não se corta somente as fibras, mas também o que eles chamam de “bucha”, que são o início das fibras, elas são tecidas entre o tronco da palmeira e o restante das fibras.

Neste corte, os trabalhadores extrativistas da piaçaba utilizam somente o terçado, num ritmo acelerado, estável e atribuindo peso ao movimento que é de cima para baixo. A força física é mais empregada neste tipo de corte.

“Você não corta a guia da piaçaba. A guia é aqueles últimos talos novos que tem, entendeu. Você deixa aqui-



lo. Ela com cinco anos ela tá dando um metro já, está arriando. Mas como eles fazem agora? Eles destalam todinha e metem o terçado já matou. Não tem mais condição. Essas árvores grandes eles derrubam tudinho. Quer dizer, é por isso que cada vez mais vai extinguindo.” SR. CABA, PIAÇABEIRO

“Esse corte de arrebite mata muita piaçabeira, acaba com ela, não dá mais fibra que dava antigamente bonita só dá aquelas cortinhas assim porque arrebite e com terçado vai cortando rés o talo mesmo, aí vai levando tudo ali e talo é tudo é bucha é tudo e com faca não, com faca só cortava na fibra, só fibra mesmo e demorava mais e já com aquilo não, rápido você faz.” SR. JOCIVAN DA SILVA, PIAÇABEIRO

Há outra técnica para a extração das fibras da piaçaba de modo sustentável, este corte é conhecido pelos trabalhadores extrativistas de “corte comum”. Este vai permitir a reprodução da palmeira posteriormente, embora seja um processo mais demorado, é o que vai garantir à volta ao “piaçabal” após alguns anos para a extração novamente. Os instrumentos utilizados nessas etapas são o terçado e a faca.

Neste corte, os “piaçabeiros” utilizam a faca de baixo para cima num ritmo acelerado e estável, friccionando a lâmina da faca contra as fibras da piaçaba. Este movimento protege o tronco da palmeira e os últimos talos responsáveis pela sua reprodução.

As fibras demoram uma média de cinco anos para crescerem ao ponto de serem cortadas novamente. Nesse período, os “piaçabeiros” procuram outros lugares para montarem e organizarem todo esse complexo de práticas extrativistas. Essa é uma técnica construída a partir dos conhecimentos tradicionais dos piaçabeiros que também são indígenas (tariano, tukano, baniwa, baré, arapaço, werequena, tuyuca), assim como não-indígenas. Tais técnicas tradicionais e sustentáveis de extração asseguram a reprodução das fibras e também previnem os “piaçabeiros” de animais peçonhentos que podem sair da palmeira onde se alojam e atacá-los, como cobras e lacraias.

A extração das fibras de piaçaba no Rio Negro vem sendo descritas desde os relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira no século XVIII. Em *A viagem filosófica ao Rio Negro* (2007) o autor comenta que dentre as especiarias coletadas na floresta amazônica, a piaçaba, é vista como um produto não muito explorado que poderia receber mais atenção da Capitania.

O interesse de Alexandre Rodrigues nas palmeiras piaçaba se dava pela sua utilida-



Fibras de piaçaba em pacotes e corte “sustentável”: apesar de mais demorado, permite a reprodução das fibras posteriormente. Rio Curuduri, 2011



Lugar de moradia conhecida como "colocação" no "piaçabal"

de nas embarcações a partir de suas fibras tecidas em cordas. Além do que, sua missão também coadunava com a percepção de que novos horizontes deveriam ser explorados, ele viu nestas fibras um potencial econômico e utilitário que poderia render lucros, objetivo de sua viagem.

Hoje, com as reivindicações dos povos indígenas em Barcelos organizados na Associação Indígena de Barcelos (ASIBA) para a demarcação de suas terras, que compreendem áreas de piaçabais, os comerciantes de maior capital econômico intensificaram a busca por essas fibras. Desse modo, "aviaram" vários comerciantes de menor capital econômico, e estes por sua vez "aviaram" vários "fregueses", ou seja, trabalhadores extrativistas da piaçaba, autodefinidos "piaçabeiros".

Assim, os piaçabeiros vão à procura de novos piaçabais, onde há fibras para serem extraídas. É nesse momento que o corte de arrebite é utilizado, sua praticidade e rapidez faz com que os extrativistas da piaçaba produzam cada vez mais, por outro lado, esse corte foi o último para esta palmeira, que não se reproduzirá mais, uma vez que os talos que asseguram a sua reprodução foram cortados.

Esse fato ocasionou a devastação dos piaçabais no município que agora estão cada vez mais longe da cidade de Barcelos. Se antes um piaçabeiro demorava um dia para chegar ao "piaçabal", hoje ele demora três dias ou mais, dependendo de que lugar do rio ele se estabelecerá.

Uma das reivindicações dos povos indígenas de Barcelos via ASIBA, para a demarcação de suas terras se configura também para a proteção e manutenção dessas áreas de incidência das palmeiras de piaçaba que, sob conscientização e valorização dos conhecimentos tradicionais para o corte "sustentável", os piaçabais que restam poderiam ser ainda preservados.

Sobre a relação de trabalho análoga à escravidão em Barcelos-AM

"Às vezes eu me destacava pra mata só eu, Deus e os meus cachorrinhos para as cabeceiras do igarapé. Às vezes eu pensava comigo: "o que é que eu estou fazendo?" Eram seis horas e meia subindo para o piaçabal, e mais 4 horas para a comunidade mais próxima, ficava só eu e Deus naquele trecho ali, quando tinha era alguma pessoa de passagem, não era assim todo dia não. Eu digo, estou trabalhando numa loucura, de repente acontece um

acidente comigo e não tem quem me dê pelo menos um copinho com água!” PIAÇABEIRO, BARÉ, 80 ANOS

A relação de trabalho envolvendo os trabalhadores extrativistas da piaçaba, autodefinidos “piaçabeiros” no Rio Negro historicamente é configurada a partir do “aviamento” que é um sistema de trocas de mercadorias a crédito da qual persiste uma relação social vertical entre os agentes sociais que o compõe, designados de “patrões” e “fregueses”. Os primeiros são pequenos e grandes comerciantes dessa fibra, os segundos são os trabalhadores extrativistas que se autodefinem “piaçabeiros” e também são indígenas (tariano, tukano, baniwa, baré, arapaço, werequena, tuyuca) e não-indígenas.

Tal sistema tem mantido esses trabalhadores extrativistas da piaçaba imobilizados pela dívida e em situações insalubres nos piaçabais, inclusive sem quaisquer direitos trabalhistas.

Para se manter nos “piaçabais” e extraírem as fibras, estes trabalhadores compram mercadorias como café, açúcar, óleo, arroz, sabão dentre outros do comerciante da piaçaba da qual é subordinado. O valor dessas mercadorias em várias situações é mais elevado em comparação ao mercado. Sem opção de quem comprar, acabam adquirindo a prazo produtos superfaturados, aumentando a dívida nesta relação comercial.

No início de 2013 foi realizada uma operação conjunta do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho no Amazonas e Ministério do Trabalho e Emprego no município de Barcelos, especificamente nos piaçabais do rio Preto, a fim de verificar tais situações consideradas legalmente enquanto trabalho análogo à escravidão.

“Em operação conjunta entre o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), Ministério Público do Trabalho no Amazonas (MPT 11ª Região) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no município de Barcelos, no rio Preto, afluente do Rio Negro foi constatado que a maneira desigual dessa relação extrativista imobiliza a força do trabalho através da dívida, configurando situação análoga à escravidão. Foram resgatados treze trabalhadores, neste cenário, que envolve desde a servidão por dívida, jornadas de trabalho excessivas e condições insalubres.” FONTE: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS.

Esta quantidade de treze trabalhadores é ilustrativa, já que a economia da extração da piaçaba em Barcelos é realizada pelo sistema de aviamento, que incorpora essa relação de dominação entre trabalhadores extrativistas da piaçaba e comerciantes dessas fibras.

É uma relação historicamente construída na Amazônia, cujas amarras estão se afrouxando lentamente a partir da luta e mobilização dos povos indígenas na região.

Com a reivindicação da Terra Indígena do médio rio Negro, há 10 anos em Barcelos, houve uma intensificação da extração das fibras demandada pelos comerciantes desta relação comercial, esse fato ocasionou maior exploração dos recursos naturais, não respeitando o tempo ecológico das palmeiras, devastando os piaçabais da região.



Mercadorias comercializadas que são superfaturadas aos trabalhadores extrativistas da piaçaba

A pesca esportiva em Santa Isabel do rio Negro

Sobre a pesca esportiva em conversa com uma liderança indígena em Santa Isabel do Rio Negro, o mesmo afirmou que acha que essa atividade pode ser muito boa para o município, porém, diante do que vem acontecendo em Santa Isabel do Rio Negro à população não tem controle sobre tal atividade. Segundo Sr. Augusto,

“ Na prática as empresas chegam, o turista é transportado através da aeronave, chega aqui e vão pra área pesqueira. Mas não levam nenhum fiscal daqui pra acompanhar para ver se realmente aquela lei, regulamentação ambiental está sendo cumprida por eles.”

O comentário dos moradores das comunidades é que os pescadores esportivos deixam por onde passam material descartável, e outros objetos apontando indício de uma crescente poluição ambiental. Além de relatos dos pescadores que encontram peixes, sobretudo o tucunaré mortos, atacados por piranhas, devidos os ferimentos ocasionados pela pesca

esportiva. O tucunaré é o principal alvo da pesca esportiva no médio Rio Negro. Existem comentários de que os peixes maiores são comercializados, fora do município.

O Sr. Augusto acrescenta que além da preocupação com o meio ambiente, o peixe é o principal alimento do povo. E não existe nenhum acompanhamento da prática da pesca esportiva por parte das comunidades.

“ Não temos nenhuma pessoa aqui nas comunidades que tenha essa formação esse treinamento. Já vem o pessoal de fora. Isso caracteriza o quê? Que o povo daqui não conhece, porque não tem a participação da população. E as taxas que são pagas para a prefeitura não são repassadas para as comunidades a gente não sabe o quanto paga.”

Em meio à desconfiança das pessoas está embutida a questão da biopirataria, pois há relatos de hidroaviões que pousam nos lagos, próximos às comunidades e sítios.

“Alguns pescadores que já viram. E agente percebe o barulho todo dia, quase todo dia isso tá acontecendo... Próximo a um sítio que eu tenho quase abandonado. Passei uma temporada lá e quase todo dia tinha avião. Fazendo o quê? Então a gente desconfia que algum material eles levam. Isso faz com que a gente pense que não é somente pesca esportiva que está dentro do planejamento. Eu considero isso de biopirataria. Porque nós não vemos pode está levando semente, folhas, essas coisas, outras espécies da natureza. Que necessidade que o avião tem de tá vindo duas, três vezes por semana.”

A temporada da pesca esportiva na região ocorre dos meses de setembro quando o rio começa a baixar e vai até fevereiro ou março. Portanto, dura de seis a sete meses. Segundo Sr. Augusto os rios mais frequentados pelos pescadores esportivos são: o rio Jurubaxi, o rio Uneuixi, rio Aiuanã e o rio Téa.

Os barcos de pesca passam por todas as comunidades que se encontram a margem desses rios e as mesmas sofrem os impactos dessa atividade. Existe narrativa de que já houve vezes em que os pescadores utilizaram o porto da comunidade para pescar.

A fala do Sr. Augusto traduz certo incômodo/desconfiança entre os moradores da sede do município, mas, sobretudo, aos moradores das comunidades indígenas que não possuem nenhum controle sobre essa atividade que ocorre no município. E ao longo da existência da pesca artesanal em Santa Isabel do Rio Negro estão se agravando os problemas e as comunidades indígenas do Médio Rio Negro vão sendo penalizadas.

Extração de seixo em Santa Isabel do rio Negro

As atividades de extração de seixo e de garimpo, no rio Negro, manifestam um processo adverso ao uso coletivo dos recursos naturais pelos povos e comunidades tradicionais, não só anunciam sinais de morte dos rios, lagos e igarapês, acompanhados de escarces de peixes, mas também anunciam a prática de desrespeito para com a vida dos que cuidam e tiram seu alimento das águas,



Visão panorâmica dos portos de Santa Isabel do Rio Negro e porto da Comunidade Acariquara – Santa Isabel do Rio Negro

ao mesmo tempo em que reelaboram suas unidades associativas na relação com os recursos na fauna e flora. Aliás, no lugar destas relações, os atos, denunciados abaixo, constituem um procedimento de estabelecer uma ordem estruturalmente econômica, mediante a eliminação do sentimento de pertencimento e de identidade, vivenciados pelos agentes étnicos, substituídos por um estado de incerteza, em relação à qualidade de vida das gerações, e de estranhamento destas em relação ao poder econômico excludente, o qual começa a vigorar pela força das máquinas e das técnicas de apropriação do solo e do subsolo das terras indígenas. As práticas inconsequentes que emanam de uma “cultura” dominante, efetivadas por operadores de finalidade das empresas e dos atos do Estado, legitimam uma relação de forças desiguais, promovendo um processo de desmobilização e de desterritorialização dos povos tradicionais que habitam as margens do rio Negro. Esta preocupação vigora nas palavras do senhor José Augusto da Fonseca, da etnia Arapaço, Liderança indígena do Rio Negro que participou do processo de criação do movimento indígena do Rio Negro, da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) é um dos fundadores da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN). Foi presidente da ACIMRN em dois períodos: 1995 a 1997 e 2006 a 2009. Em seu segundo mandato como presidente da ACIMRN fez a denúncia ao IPAAM sobre a presença das dragas e retirada de seixo no rio Negro em Santa Isabel do Rio Negro.



Atestado, março 2007

IPAAM
INSTITUTO PARA A PROTEÇÃO E A MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAPÁ

AMAZONAS
GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ

FORMULÁRIO PARA ATENDIMENTO DE DENÚNCIA N.º 074/07-GEFA

Data: 27/9/2007 Horário: 13:38

Meio de atendimento: Telefone Correspondência Pessoalmente Protocolo

Dados do Agente Poluidor:
Tipo: Empresa Particular
Nome: Desconhecido

Endereço: Santa Isabel do Rio Negro, quando chega no município a empresa esta situada em 5 balsas atracadas na margem do Rio Negro, próximo da cidade

Atividade: retirada de seixo

Tipos de Poluição/Degradação:
 Sonora Atmosférica
 Danos a Flora Radioativa
 Danos a Fauna Hídrica
 Resíduos Sólidos Outros

Observações de interesse para fiscalização: As balsas fazem retiram dia e noite, o seixo durante o dia e a noite curto.

Existe Processo no IPAAM N.º do Processo:
 Sim Não

Responsável pelo atendimento: _____

Dados do denunciante:
Nome: _____
Endereço: _____
Telefone: _____

Fiscalização efetuada no dia: / /
Equipe Técnica: _____

Entrega de denúncia: _____

Draga de seixo em Santa Isabel do Rio Negro e documento da denúncia feita ao IPAAM em 2007

“As dragas estão extraíndo areia ou seixo próximo a cidade e em contrapartida deixando alguns metros cúbicos para obras do município seja no verão ou no inverno. Além de extrair o seixo estão garimpando e outras atividades ilícitas. Isso causa impacto ambiental, prejudicando a população por alguns fatores como: afugentando os peixes com o barulho das máquinas; fechando os lugares de espinhel; fazendo aparecer as praias onde não existia, poluindo a água por meio de mercúrio e o peixe bebe a água e o homem se alimenta do peixe contaminado. Portanto, vai aparecer doenças que vai ser difícil curar. Assim por diante. O povo não percebe e se percebe não tem coragem de falar. O empresário não quer saber da consequência para a popu-

Conflitos Sociais envolvendo processos de devastação e desmatamento no rio Jauaperi, Cuieiras e médio rio Negro no estado do Amazonas

AGENTES SOCIAIS E/OU LOCALIDADE	SITUAÇÃO SOCIAL
Autodefinidos ribeirinhos da comunidade Itaquera, rio Jauaperi.	Desmatamentos dos castanhais, intrusão de barcos “geleiros” com pesca de “arrastão” (considerada predatória), intrusão de tartarugueiros e ameaça de morte às lideranças que resistem e denunciam estas práticas de devastação e desmatamentos.
Indígenas barés, Kambebas, Tikuna, tukanos, apurinãs, karapanos e tarianos das aldeias São Tomé, Três Unidos, Aldeia Kuanã (Nova Canaã), Nova Esperança, Boa Esperança, Barreirinha e aldeia Terra Preta no rio Cuieiras.	Extração de areia e de madeira.
Vila de Moura, Barcelos.	Extração de seixo.
Indígenas das etnias tariano, tukano, baniwa, baré, arapaço, werequena, tuyuca e também piaçabeiros dos Rios Aracá, Curuduri e seus afluentes em Barcelos.	Desmatamentos dos piaçabais e utilização de trabalho análogo à escravidão para a extração das fibras de piaçaba.
Proximidades da cidade de Santa Isabel do Rio Negro	Extração de areia, seixo, pesca esportiva sem acompanhamento de representantes das comunidades indígenas e poluição ambiental.

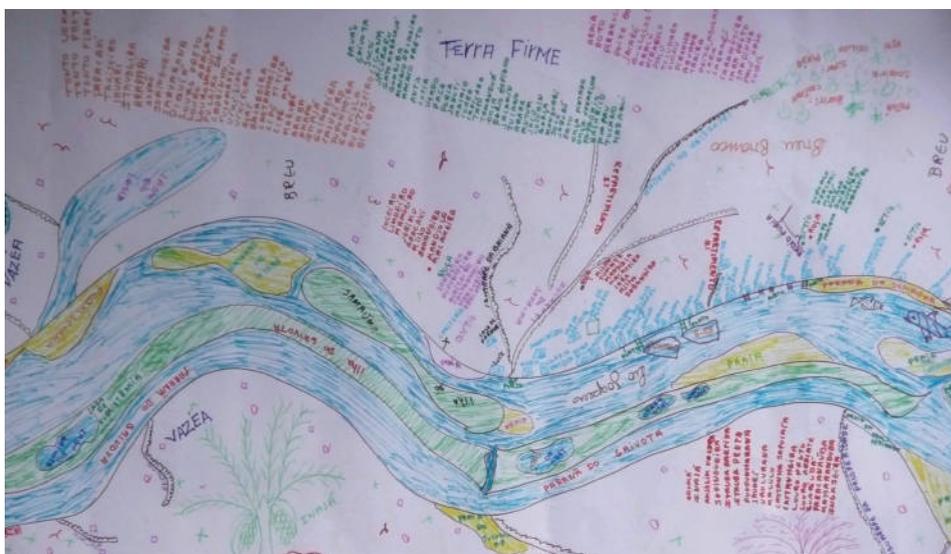
Reivindicações

SR. FRANCISCO LIMA,
COMUNIDADE
ITAQUERA

SR. MANUEL CHAGAS
DA SILVA, 63,
TUXAUA DA
COMUNIDADE
SÃO THOMÉ,
RIO CUIEIRAS

“A questão da Reserva Extrativista que vem se estendendo desde 2001, 2000, nós estamos praticamente há 14 anos nessa espera, nessa luta, nessa ansiedade que essa Resex seja criada, os estudos terminaram em 2006, 2007, era pra ser publicada em 2008 e de 2008 foi passando, passou pra 2009 e hoje nós estamos em 2014 e até agora nós não tivemos nenhuma posição em relação a isso, **então a gente gostaria de fazer um apelo para o governo federal que essa não decretação da Resex no período que era pra ser, só nos trouxe cada vez mais... só nos deixou cada vez mais a mercê da do desrespeito, do abuso no rio por parte dos predadores, dos que pretendem só fazer as coisas que não devem ser feitas, então isso fica mais forte cada dia mais esse ataque, essa invasão no nosso rio.**”

“Queremos nossa área demarcada, porque estamos bastante ameaçados por madeireiros, por pescaria, de pessoas estranhas que entram sem permissão da gente, principalmente na época em que está seco. As próprias comunidades vizinhas, de gente que não é indígena, estão trazendo muita bebida alcoólica e drogas, principalmente com os de menores. Queremos a demarcação por motivo de ainda ter direito a nossa terra, nossa e dos parentes que pertencem a nossa comunidade, a nossa aldeia. Desde quando eu me entendi, que eu sabia que existiam direitos indígenas, que existem. Então eu vim procurar a minha defesa, o meu direito que nós temos. E outra, próximo de nossa área, tem venda de terra ilegal. O camarada vende pro outro, passa a receber um ano, e vende pro outro. Então, depois que passar a ser nossa terra, não vamos aceitar isso aí”



PROJETO NOVA CARTOGRAFIA

COORDENAÇÃO

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Rosa Elisabeth A. Marin

EQUIPE DE PESQUISA

Elieyd Sousa de Menezes
Glademir Sales dos Santos
Claudina Maximiano Erika Nakazono
Gláucia Maria Quintino Baraúna

ORGANIZAÇÃO DESTA EDIÇÃO

Elieyd Sousa de Menezes
Glademir Sales dos Santos

FOTOGRAFIA

Helen Catalina
Erika Nakazono
Carolina Silva
Elieyd Sousa de Menezes
Francisco Lima
Alfredo Wagner Berno de Almeida

CARTOGRAFIA

Carolina Silva

PROJETO GRÁFICO

Casa 8

C122 Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação : processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 5 (ago. 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014

v.: il.; 30 cm.

Irregular.

Coordenação geral do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (CESTU/UEA/PPGCSPA) e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (NAEA/UFPA/PPGCSPA).

ISSN 2359-0300

1. Conflitos sociais – Amazônia – Periódicos. 2. Comunidades tradicionais. 3. Desmatamento. 4. Territorialidade. 5. Cartografia. 6. Mapeamento social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo.

CDU 528.9:316.48(811)(05)

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA 5

AGOSTO 2014

Situações de devastação e desmatamento no médio e baixo rio Negro são denunciadas por diferentes unidades de mobilização, cujas identidades coletivas abrangem tanto indígenas das etnias Baré, Karapano, Tikuna, Tariano, Kambeba, Apurinã, Baniwa, Tukano, Coripaco e Arapaço - como ribeirinhos, que tem seus territórios intrusados por empresas de extração de areia, seixo, madeiras, pesca comercial de “arrastão” e traficantes de quelônios. Tais denúncias revelam um rio Negro representado não através da imagem da preservação latente, mas como um região também de conflitos e resistências. Trata-se de situações sociais em que os respectivos agentes, citados acima, são ameaçados de morte por denunciar e por lutar, para manter suas práticas tradicionais e seus territórios. São vividas com frequência como conflitivas tanto a dificuldade de encontrar cotidianamente determinadas espécies de peixes, como o pirarucu, determinadas espécies de flora como um orquidário, bem como a conservação das chamadas “madeiras de lei”. Além disso, os depoimentos transcritos nesta edição nos mostram a ocorrência da criminalização dos povos e comunidades tradicionais por resistir a esses processos de devastação e desmatamento, quando são ameaçados e culpabilizados, seja pelos empreendimentos de exploração dos recursos naturais, seja por não ter seus direitos e reivindicações atendidos. Neste cenário, é oportuno refletir sobre a atual representação do rio Negro e o papel dos movimentos sociais enquanto protagonistas da resistência cotidiana nestas situações.

PROJETO

**Mapeamento
Social**



ISSN 2359-0300

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



APOIO

